

IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA
HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS.
29 de Julho a 1º de Agosto de 2008.
Vitória da Conquista - BA.

TRABALHO, CULTURA E SOBREVIVÊNCIA NO ALTO SERTÃO DA BAHIA

Zezito Rodrigues da Silva

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) /Campus VI – Caetité
Esp. em História em História Social do Brasil pela Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: zezito@dimensaoensino.com.br

Palavras-chave: Alto sertão. Cultura. Trabalho. Sobrevivência.

O Alto Sertão da Bahia teve a sua ocupação resultante de duas vertentes colonizadoras: a pecuária, a mineração e a agricultura policultora. O que prevaleceu, logicamente, na definição dos espaços ocupados foram elementos como a fertilidade da terra, clima ameno e abundância de água e outros recursos naturais, a exemplo de madeira e minérios existentes na região. Nesse aspecto, os sítios localizados nas proximidades do município de Caetité tiveram certa prevalência sobre as demais localidades do Alto Sertão, razão pela qual ele talvez tenha adquirido desde muito cedo alguma centralidade no processo “civilizatório” dessa região. Neves (1998, p. 87-88) ressalta a importância de cada uma dessas vertentes colonizadoras, procurando ser mais específico quanto às características da colonização do Alto Sertão da Bahia:

Toparam, portanto, no Alto Sertão da Bahia, dois vetores de povoamento: um baiano, subindo o rio São Francisco, com a pecuária; outro paulista, que ocupando os vales dos rios Verde Grande e Pardo, transportaram seus criatórios para as sub-bacias do Gavião, do Antônio e do São João, na Bahia.

Com todas essas particularidades, sendo fruto de um processo de colonização que se fundiu a partir de interesses e necessidades muito diferentes e tendo características de grupos humanos também distintos, a civilização do Alto Sertão teve aspectos muito particulares da sua identidade. Ela é fruto desse amálgama que a torna distinta e ao mesmo tempo em que mantém fortes ligações com as sociedades pecuaristas do vale do São Francisco que, depois, se expandiu por todo o semi-árido e a civilização mineradora da Chapada Diamantina, cujas origens remontava aos núcleos minerais das Minas Gerais.

Assim, ao tempo em que forjava uma cultura particularmente sertaneja, com raízes fincadas ao solo ressequido, trazia também os elementos da cultura civilizatória que vinha do sul juntamente com as inúmeras tradicionais famílias de proprietários fugidos dos conflitos entre o povoamento paulista que avançava no encalço dos veios de ouro das Gerais e o povoamento baiano, que descia o Vale do S. Francisco acompanhando o gado.

No Alto Sertão, desafiando as intempéries do meio agreste e o isolamento do restante do país, construíram-se os caminhos do sertão de difícil acesso. Entre secas devastadoras, carência de recursos para a sobrevivência, e a difícil escala de trocas com outros centros, a flutuação populacional parecia inevitável. Contudo, aqueles que dispunham de algum recurso que fosse suficiente para a reprodução dos meios de vida, criaram verdadeiras “ilhas de civilidade”, onde mantinham acesa uma sociedade letrada, capaz de estar afinada aos diversos acontecimentos do país e deles tomar partido (NEVES, 1998, p. 87-88).

A sociedade que aqui se instalou teve que enfrentar um grande desafio: a condição de região semi-árida com as diversas secas que a castigaram ao longo de sua história e ameaçavam expulsar o ser humano que se aventurara estabelecer-se nestas paragens. Neves (1998, p. 93) trata desse tema ao levantar as graves conseqüências sociais da seca no Alto Sertão no artigo *Sertanejos que se venderam – contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?* Diz ele,

Essa região, com três séculos de economia agropecuária, mais que qualquer outra similar, é rigorosamente condicionada pelas duas estações do ano: da seca, nos meses de maio a outubro, e das águas, de novembro a abril. Não chove sistematicamente na primeira, mas a pluviosidade do outro período não é a mesma todos os anos. Ciclicamente ocorrem estiagens prolongadas, terríveis para as seculares policulturas agrícolas. Quando esse fenômeno reincide em anos consecutivos seus efeitos são calamitosos para os tradicionais pequenos produtores autônomos e principalmente para os carentes de meios para produzir a subsistência, pelas conseqüências do desemprego e desabastecimento generalizados. Há ciclos de cinco anos, com intervalos aproximados de três decênios – registraram-se na transição do século XVIII para o século XIX e nas décadas de 1830, 1860 e 1890, repetindo com pequenas variações no século XX – e outros de menor intensidade, dois ou três anos, estes com maior freqüência.

As particularidades dessa região não param por aí. De estrutura fundiária baseada no minifúndio, de acordo com os registros sobre a região, e dotada de uma economia policultora que tinha na pecuária e no algodão expoentes importantes, essa região do Alto Sertão da Bahia não viu desenvolver uma estrutura social em que o coronelismo latifundiário fosse o elemento político preponderante, nem tampouco a extrema concentração de terras que negasse ao sertanejo dessas paragens o acesso à terra ressequida:

De topografia elevada e clima ameno, a cidade de Caetité foi, por muito tempo, o centro político, econômico e cultural dessa região. Dotada de estrutura geológica com predominância de várias rochas cristalinas que permitiram o desenvolvimento, noutros tempos do garimpo de ouro, cristais e ametista, o terreno onde está localizada a cidade de Caetité

possui água abundante e de boa qualidade sendo praticamente um oásis em meio ao sertão agreste. Essa situação, aliada às pastagens naturais da região, fez com que desde finais do século XVIII as boiadas que vinham do Vale do São Francisco e cortavam o sertão rumo à região das Minas Gerais e rumo a Feira de Santana – feira de gado que abastecia a região do Recôncavo – encontrasse nestas paragens condições ideais para pousada e descanso.

Essa condição reforçou o seu papel no entreposto de mercadorias que os tropeiros conduziam, fazendo com que a economia da região interagisse com outros centros produtores.

A instabilidade da vida do sertanejo gerou um tipo especial de indivíduo: o sampauleiro. Desde muito cedo o homem dessa parte do sertão aprendeu a buscar em outros lugares menos desabonados as condições de vida e durante algum tempo cumpre sua sina tal qual as “aves de arribação” que migram em busca de água. No caso do sampauleiro, após a temporada de trabalho duro nas “terras alheias” do sul, retorna ao ser torrão natal, tão logo tem notícias que a longa estiagem deixa de ser o grande fantasma que ceifa todas as formas de vida aqui existentes.

Juntamente com algum recurso econômico o sampauleiro traz na bagagem todo um modo de vida externo que se mescla à cultura local. O cronista João Gumes foi, talvez, quem melhor se ocupou em compreender e denunciar esse fenômeno que constantemente perseguia a população sertaneja que, em busca de melhores condições de vida, rumava em direção ao sudeste do país, causando constantes baixas na população local e acirrando a crise desencadeada pela seca e acrescida pela escassez de mão-de-obra para o desenvolvimento das atividades econômicas.

Em sua importante obra *O Sampauleiro* e em diversas crônicas no jornal *A Penna*, que nos permite compreender esse fenômeno característico das regiões semi-áridas, João Gumes nos apresenta o perfil desse sertanejo que, ainda hoje, vê na migração temporária ou definitiva uma saída para sobreviver diante de tanto sofrimento que traz os períodos de estiagem. Há em casos em que famílias inteiras abandonam a parca propriedade ou vendem os bens de que dispõem para custear a viagem à São Paulo. Orgulhoso, o sertanejo procurava, então, devotar-se novamente ao seu empreendimento. As chuvas faziam iniciar um novo ciclo e conseguiam apagar de sua alma e da paisagem ao seu redor os rastros da destruição causada pela seca. O jornal *A Penna* retrata muito bem o conceito que ele ostenta de sua terra:

Caiteté, é no alto sertão da Bahia, um grande centro cultural, de irradiação civilizadora.

Desde os tempos imperiais que a sua fama de “Princesa do Sertão” corre mundo, e bem haja a linda cidade que a soube manter e conservar através

dos tempos, das agitações e da contagiosa decadência, que feriu de morte tantos centros principais da actividade e do commercio interior. Ainda hoje, Caeté é sobretudo uma cidade de distinta elegancia social. A sua sociedade conhece melhor o Rio do que a Bahia. É a “Urbs” sertaneja onde o ambiente do conforto e da civilidade é mais distinto e fino, a que já firmou como o centro sertanejo por excellencia de irradiação cultural (GUMES, 1925).

Adiante o cronista enuncia as razões das palavras elogiosas que tecia acerca do seu lugar, mas, acima de tudo, sobre a sua condição de membro dessa sociedade. Expõe os elementos que constituíam a condição de urbanidade de Caeté, enquanto centro urbano do Alto Sertão:

Com os seus collegios, o seu bispado, e da tenacidade com que os seus habitantes a mantem nessa supremacia antiga e brilhante temos agora uma inconfundível prova na iluminação eléctrica que juntando -se ao seu modelar abastecimento de água, ainda mais destacadas das outras cidades do interior. Caeté confirma deste modo os seus foros de corte do sertão. Afastada dos transportes rápidos, mas favorecida por condições naturaes de clima e salubridade e por uma política que, salvo intermitências rápidas foi sempre eminentemente ciosa do progresso e da dignidade local. Ella ainda agora nos dá a confirmação dos seus altos destinos e a segurança da sua marcha ininterrupta para um progresso ainda maior (GUMES, 1925).

Em 1913, a população local lamentava a total hostilidade do meio físico do Alto Sertão baiano devido aos períodos de estiagem que provocavam o impedimento ao “progresso” tão almejado pela elite da sociedade sertaneja, que aliadas às suas conseqüências devastadoras para a agricultura e o sistema econômico local, eram desoladores. Entre as conseqüências mais danosas para essas regiões, estava o êxodo da população local que provocava a carência da mão-de-obra, o abandono de propriedades, crise no comércio e a sensação de abandono da cidade que, nesses tempos, adquiria ares de cidade -fantasma.

A grande seca que assolou toda a região Nordeste do Brasil, teve nessa região, como em outras, um agravante: as doenças mais variadas que atingiam os sertanejos mal alimentados e carentes de assistência médica. A falta de assistência completa por parte dos poderes públicos transformava a população, principalmente aquela mais carente de recursos, em vítimas dessas doenças atrozes.

Não obstante tudo isso, a região que sempre sofrera os revezes da sua condição fisiográfica e dos vícios do comportamento político das classes dirigentes, a partir da década de 20 algumas cidades do Alto Sertão se esforçavam para se manterem mais próximas da

“civilização”. A exemplo disso observa-se todo um conjunto de aparelhamento urbano que Caetité adquiriu e que a tornava uma cidade que tinha um controle sócio-político da região.

A água encanada e a luz elétrica, o observatório meteorológico, a Escola Normal, Escola Americana, e demais escolas espalhadas pelos distritos e sede do município, a Associação de Senhoras de Caridade, os correios e telégrafos, o jornal *A Penna* com sua gráfica que prestava outros serviços de tipografia, o Teatro Centenário que também funciona eventualmente como cinema, sede da Diocese entre outros elementos davam idéia do comportamento dessa sociedade que se orgulhava com a sua condição de urbanidade, fazendo também com que o jogo político incluía como um de seus ingredientes a idéia de progresso que passava a ser a moeda com a qual se comprava os interesses ambiciosos da elite local e das camadas a elas subalternas.

As chuvas que se mantiveram constantes após a intensa e castigadora seca de 1915, fez renovar a esperança do sertanejo em sua terra. A vegetação renovada, a agricultura abundava na terra umedecida trazendo igual frescor para o espírito do sertanejo, que voltava outra vez a sonhar com as perspectivas de um progresso que o fizesse sair do lastimável estado em que as secas implantavam nas regiões sertanejas. E com a vegetação, brotava o orgulho de ser sertanejo:

Agora o alargamento do comércio de exportação, as altas cotações e carestia não foram de consequências tão terríveis como antanho. Os latifúndios têm sido partilhados entre os lavradores pobres, a lavoura desenvolve-se a olhos vistos, porque os preços são convidativos e por toda a extensão da zona tudo verdeja. As searas a perder de vista, as pastagens artificiais ou naturais, tudo viço, tudo promete, e parece-nos que voltamos ao antigo tempo.

Bemdito seja Deus (GUMES, 1926).

Os “ares de civilidade” se desenhavam na vida urbana quando a chuva conseguia superar e redimir as hostilidades que a natureza impunha sobre a população sertaneja. A vida teatral fluía com certa constância, para o orgulho e deleite da sociedade local que se esforçava em manter vivo o gosto pelas artes e pela cultura de forma geral. Em 1926, estava sendo apresentado o drama e comédia “A Sorte” no Teatro Centenário, sob a direção do Capitão João Cerqueira e o Cinema Íris do Sr. Silvestre Mesquita (também no Teatro Centenário), enquanto o professor de Música José Elycio da Silva anunciava nas páginas *d’A Penna* o seu ofício à sociedade vaidosa, comunicando aos interessados que: “Ensina música e a tocar violino, flauta bandolim, violão e outros instrumentos, em sua casa e de particulares. Aceita

convites para tocar em festas. Tudo mediante contracto. Residência - Caiteté”. A Loja Caprichosa anunciava à comunidade o seu sortimento de artigos vindos da Capital:

Macarrão novo, talharim, chá preto e verde, manteiga, azeitonas, sardinhas, temperos, azeite doce, charutos finos, cigarros, cigarros frescos, bacias, pratos de louça esmaltada, chécaras fantazia e comuns, bellas machinas de costura vende a LOJA CAPRICHOSA.

CAITETÉ.¹

Enquanto isso, a inauguração da luz elétrica marcava um novo tempo para a região. Num titânico esforço em trazer a caldeira que faria funcionar a turbina que geraria energia suficiente para a iluminação elétrica da cidade, os chefes locais se empenhavam em se afirmarem como único recurso do qual deveria valer a população abandonada do sertão.

Através de nota redigida da capital da Bahia e anunciado no jornal *A Penna* sobre as “Circunscipções fiscaes” que organizariam a maneira pela qual o Estado recolheria os tributos por todo o país, não poupando até mesmo o mais mísero sertanejo, “O Ministro da fazenda aprovou a divisão das Circunscipção com séde em Caiteté compreende Riacho de S. Anna, Caculé, Monte Alto, Urandy e Guanamby”².

Os lançamentos dos impostos municipais para o exercício de 1925, cobrados sobre a renda individual dos habitantes de Caetit é e que constituía a principal fonte de renda do poder público, foram publicados nas páginas do jornal *A Penna*. É possível localizar no jornal alguns dados que são relevantes para a identificação do perfil da sociedade local onde o valor do imposto sugere diferentes níveis de renda e mesmo uma hierarquia pautada na relação entre os papéis sociais e o status.

Além desses indícios que contribuem para traçar o perfil social das “camadas liberais” da cidade de Caetit é na década de 20, o jornal também registra u ma relação de pessoas que, por possuírem “Prédios alugados ou por alugar” constavam da lista daqueles que deveriam pagar os impostos municipais. O que mais impressiona é a quantidade alta de “prédios” destinados ao aluguel o que remete a questões como: ter ia a cidade, na década de 20 recebida uma quantidade de moradores além do contingente populacional apresentava em anos anteriores? Se isso se comprova, qual teria sido a razão desse aumento populacional vertiginoso a ponto de se criar um mercado que explor ava o aluguel? Seria os incrementos urbanos que atraíam os sertanejos mais abastados que fugiam das hostilidades da vida rural?

¹ *A Penna*, Caetit é, quinta-feira, 5 jun. 1919.

² *A Penna*, Caetit é, 28 jan. 1926.

Por outro lado, a quantidade de casas disponíveis para alugar sugere questionar as razões dessa disponibilidade. Considerando-se as dificuldades para os proprietários estabelecidos na cidade em construir uma segunda residência destinada à exploração do aluguel, o que parece inviável pela limitação do capital disponível, o que inviabilizava seu investimento em imóveis, resta a hipótese de que talvez as intensas secas dos anos anteriores tenham expulsado diversas famílias da região, o que se comprova pelos diversos depoimentos e queixas dos cronistas locais.

Os lançamentos dos impostos municipais também nos permite identificar outras formas de renda da população urbana e rural do município de Caetité durante a década de 20 além do perfil dessa população. Importante destacar que é possível identificar também na relação nominal dos contribuintes com o fisco municipal, o nome de diversas pessoas que constavam da relação de profissões liberais que eram, a um só tempo, proprietários, criadores e que possuíam outras rendas como aquelas advindas do aluguel de imóveis, comércios dos mais variados, desde a importação de artigos finos à venda de produtos como leite, além de prestação de serviços variados.

Isso corrobora para a afirmação feita anteriormente acerca do perfil econômico das sociedades do Alto Sertão da Bahia que tinha na policultura agropecuária e na diversificação econômica as garantias de sobrevivência em uma região de meio geofísico extremamente hostil ao ser humano. Essa diversificação permitia a existência de um forte mercado regional de trocas, contribuindo para o pleno abastecimento de gêneros nesta região.

Importante se faz perceber a dinâmica da policultura sertaneja. Juntamente com os gêneros para a exportação, a exemplo da pecuária (com o fornecimento de carne e couro), o algodão, aguardente, dentre outros, o que constituía, conseqüentemente, como fonte das trocas pelos produtos importados de outras regiões, desenvolvia, paralelamente, uma imensa variedade de produtos para o consumo próprio das famílias que viviam no campo e que teriam no trabalho com a terra, a única fonte de sobrevivência. Assim é que ao lado da pecuária de corte, havia a necessidade de criar o “gado miúdo” (porco, galinhas, cabras, etc.) que, ao serem abatidas para o consumo, serviam também de elo de solidariedade entre as famílias mais pobres, quando o resultado do abate era distribuído entre elas.

Igualmente importante era a lavoura de milho, feijão e mandioca, alimentos necessários ao consumo diário das famílias do campo, considerados por elas como “mantimentos” necessários ao trabalho árduo em outras culturas. Nos lugares alagados, ou “baixios e baixadas”, lagoas e brejos, eram cultivados o arroz para o consumo e troca de seus excedentes. Uma enormidade de frutas, ajudavam a enriquecer a cadeia de produção alimentar

do homem do campo: laranjas e limões, cocos, mangas, romãs, tangerinas, abacaxis, entre outras frutas de origens européias, rivalizavam com frutas nativas, como: jaboticabas, cagaitas, mangabas, gabirabas, umbus e uma infinidade de outras frutas que as áreas de cerrado presentes na região ofereciam para o deleite de crianças e adultos.

Junto à atividade agrícola, a atividade extrativa fornecia víveres ao sertanejo do alto sertão: lenha e madeira utilizada em cercas e na confecção de currais para o gado, telhados e outras estruturas das casas modestas dos sertanejos. Folhas, raízes e cipós de grandes árvores, além de pequenas ervas integravam o aparato médico-curativo que, juntamente com os benzimentos, simpatias e outras práticas mágicas garantiam a proteção para o corpo exposto aos desafios do meio agreste.

Importante também era a enormidade de atividades artesanais necessárias à sobrevivência nos campos sertanejos. A casa sertaneja nos campos mais modestos ou em grandes fazendas possuíam, necessariamente, uma casa -de-farinha, onde produziam esse importante produto para a alimentação e trocas do homem sertanejo, juntamente com seus subprodutos: beijus, tapioca (massa advinda da fécula da mandioca), etc. Também possuíam um engenho ou engenhoca, onde eram produzidas a rapadura, o doce de massa de mandioca ou mamão (chamado nessa região de tijolo), o melaço e, quando associado ao alambique, o aguardente ou cachaça. Junto a esses, outros aparelhamentos ampliavam o aparato necessário à produção doméstica do sertanejo: o pilão, destinado a “pilar” arroz, café, milho, a paçoca (carne seca e farinha, utilizada na refeição de vaqueiros e caçadores que necessitavam adentrar o mato em busca de algum animal) e o urucum (utilizado em alguns pratos).

A produção de algodão para a exportação criou também, na família sertaneja, a possibilidade de produzir tecidos para as necessidades domésticas, dado que os tecidos finos eram importados de outras praças e, conseqüentemente, chegavam às lojas com preços acima dos padrões de consumo do homem comum. Por isso, em toda a residência rural, as rodas de fiar, juntamente com os bilros permitiam a obtenção do fio que, enrolados em novelos, eram posteriormente encaminhados ao tear, ambas máquinas de madeira destinadas ao fabrico dos tecidos de algodão. Estes eram processados na confecção de calças e casacos para homens e crianças, cobertores, toalhas e demais tecidos para o uso doméstico. Alguns deles, tingidos com anilinas obtidas nas matas próximas, apresentavam -se com preciosa qualidade. Tais atividades eram exercidas por mulheres que, nas varandas das casas, iluminadas por candeeiros abastecidos, principalmente, por óleo obtido da mamona, produziam uma luz turva que permitiam algumas destas atividades domésticas noturnas ou de finais de semana, onde

gerações de mulheres contribuía para a formação e reprodução do universo feminino, recheado de “causos”, ladainhas e rezas, benzimentos dentre outras pérolas do saber popular.

O cultivo da mamona era quase sempre destinado ao fabrico azeite que, como foi dito anteriormente, servia para iluminar precariamente as casas sertanejas até que se preparasse um improvisado e limitado banho de bacia ou que se preparasse a cama, com seus colchões de algodão, quase sempre enchidos pelo junco, uma planta semelhante a capim, comum nas lagoas da região. Essas camas eram toscamente feitas de madeira, forradas por uma esteira trançada de tabua, planta comum em lagoas ou mesmo trançadas da palha de ouricuri, palmeira da região, que fornecia também um fruto comestível (coco de ouricuri) e de cujas folhas também se extraía a cera.

Outro importante artigo produzido pelas famílias sertanejas era um tipo de sabão rústico destinado, principalmente, à lavagem das roupas grosseiras e dos homens do campo que, muito sujas pelo trabalho com a terra, necessitavam um árduo trabalho de limpeza das mulheres nas “fontes”, locais onde se buscavam água para o consumo doméstico, além de servirem para lavarem roupas.

O sabão era produzido a partir da gordura animal, obtida com os restos dos animais abatidos, especialmente as vísceras de bois e porcos que, lançados em uma lata ou panela de ferro, eram cozidos por dias a fio, com o acréscimo de soda cáustica, produzia uma massa enegrecida que, ao final, eram amassados e arrumados em bolas pesam entre 400 e 500 gramas, daí o nome sabão de bola ou de soda. A dificuldade da obtenção de produtos industrializados como a soda cáustica, permitiam às sertanejas um recurso de se improvisar um outro tipo de sabão, com o uso de cinzas dos fogões a lenha que, num processo de infusão por alguns dias, produzia o “sabão de coada”, método do primitivo e muito rústico de produzir esse artigo.

A produção artesanal doméstica incluía os derivados do leite, como: o requeijão, a manteiga e o queijo de coalho que adornava a mesa sertaneja, juntamente com uma variedade de biscoitos feitos de povilho (alguns como xiringa e ximango até hoje famosos) ou de milho, como o bolo, curau e cuscuz. Era também muito rica a variedade de doces e compotas feitas a partir das frutas disponíveis por todo o Alto Sertão.

O artesanato de utensílios incluía os objetos de couro, a exemplo dos arreios, adornos e peias para animal, a bruaca (um tipo de caixote onde guardavam objetos e mantimentos), vestimentas para o vaqueiro que necessitavam enfrentando os espinhos em busca dos animais, bancos e outros utensílios. De madeira, uma infinidade de objetos, que torna difícil uma descrição minuciosa. Da palha, as peneiras, chapéus, esteiras, bolsas, abanos, etc. Da argila

presente em lagoas da região, a produção de tijolos cozidos que pouco a pouco começaram a substituir os adobes, produzidos com barros crus, apenas secados ao sol, além de uma infinidade de utensílios a exemplo das moringas e potes para o acondicionamento de água para o consumo.

No traslado com água potável para o trabalho nas roças, caçadas e inserções na mata fechada em busca de algum animal, levava-se a cabaça, objeto oco de origem indígena, que era aproveitado a partir de um fruto que, seco e tendo sua polpa com sementes retiradas, era preparado durante dias para esse fim.

Em janeiro de 1926, o jornal *A Penna* noticiava o preço de arroba de gado “vivo em Feira de S. Anna: 23\$500”, enquanto o preço do algodão “de primeira estava em torno de 48\$000 e o de segunda, por volta de 32\$000”.

Os tropeiros permitiam o fluxo de produtos e, por muito tempo, serviram de elo de ligação entre o Alto Sertão e outras regiões do país funcionando como uma espécie de “cordão umbilical” que fazia oxigenar a economia local e manter o ideal de civilização aceso entre as populações urbanas.

A cultura do algodão garantia a força da economia da região e possibilitava a troca por outros gêneros que garantiam o abastecimento local. O algodão, cognominado “o ouro branco” passa a ser, então, moeda que fazia garantir a troca por gêneros de outras regiões.

O então Deputado Estadual Eng. Oscar Spinola Teixeira apresentou o projeto que apresentou na Câmara dos Deputados Estaduais autorizando o Governo do Estado a mandar construir uma estrada de rodagem que, partindo de Malhada, à margem do S. Francisco, “iria até a Vila de Bom Jesus dos Meiras (Brumado), passando pela cidade de Monte Alto, Vila de Guanamby e Cidade de Caetité”.

Juntamente com o comércio de algodão, as engenhocas funcionavam por todo o sertão “productoras do assucar e rapaduras entre nós”, que constituía uma das bases da alimentação do sertanejo. “Todos nós sabemos, sabem-no muitos dos nossos representantes, sertanejos como nós, que a rapadura é um alimento indispensável à nossa classe pobre”, como nos diz a rica crônica tecida nas páginas do jornal *A Penna*. Além disso, havia, nas lavouras de cana a presença do alambique produtor de aguardente destinados ao abastecimento local e regional, “Embora o nosso lavrador de canna se veja forçado a fabricar a diabolica bebida a fim de auferir algum lucro da sua profissão” (GUMES, 1913a, p. 1).

Outra atividade estava marcando a vida econômica do Alto Sertão, associada à atividade pastoril: o comércio de peles:

O commercio de pelles começou entre nós ha cerca de vinte e poucos annos. No seu inicio attrahiu compradores, até estrangeiros, e avultados capitães que foram empregados em compras. Depois cahimos nas garras da exploração e do monopolio e, como sempre succede, só alguns mais expertos conseguem vantagens n'esse commercio, não tantas quantas era de esperar (GUMES, 1913b, p. 1).

Juntamente com a seca que assolava todo o sertão e comprometia o projeto “civilizatório” da sociedade, as estradas trafegáveis parecia ser o outro problema que dificultava o desenvolvimento do Alto Sertão da Bahia. Sobre essa questão travava -se amplos debates, sempre apontando o isolamento do sertão e das limitadas alternativas econômicas. A construção de estradas manteria essa região o mais distante possível das secas que a tudo destruía e expulsava os homens de sua terra:

A produção de toda a região Alto-sertaneja só é diminuta devido essencialmente á falta de trasportes.

A estrada virá tornar efficiente a união daquela vasta região á Bahia, pela approximação que conduzirá a um maior intercambio de commercio e relações. É notavel o crescente movimento commerci al do Alto Sertão, com o Estado de Minas. É verdade que causas diversas contribuem para a tendencia de procurar o sertanejo o commercio mineiro, mas é indiscutivel que a construção da estrada que visa o projecto, facilitando o transporte de meios de repressão do banditismo, quer no incrementar as nossas produções³.

No entanto, a pesada tarefa de reconstrução e projeção rumo a um futuro promissor depende ainda da superação das ambigüidades produzidas no seio dessa sociedade excludente. A ordem parece ser a única maneira de atingir o progresso almejado. Então recorre-se a esse expediente.

Referências

GUMES, João. Productoras do assucar e rapaduras entre nós . *A Penna*, Caetité, ano 2, n. 27, 17 jan. 1913a, p. 1, col. 1.

_____. Pelles. *A Penna*, Caetité, ano 2, 29 ago. 1913b, p. 1, col. 1 e 2.

_____. Caiteté, A Princesa. *A Penna*, Caetité, 9 abr. 1925. Extraído do *Diário da Bahia*.

³ TEIXEIRA, Oscar Spinola. Discurso feito na Câmara dos Deputados do Estado da Bahia em 7 de julho de 1925, extraído de notas impressas in: GUMES, João. Estradas do sertão. *A Penna*, Caetité, n. 349, 30 jul. 1925.

_____. Abundância. *A Penna*, Caetité, 21 jan. 1926. Editorial.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história local e regional). Salvador: Ed ufba; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.